

COMENTÁRIOS – POLÍCIA CIVIL

COMENTÁRIOS DE PORTUGUÊS ELABORADOS PELA PROFESSORA GLÓRIA MOURA, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Glória Moura

Experiência de mais de 10 anos como professora para concursos de Língua Portuguesa – Gramática, Interpretação e Compreensão de Textos e Redação Oficial e Discursiva.

QUESTÃO 1

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Trata-se de um item de concordância verbal e nominal. Está correta a letra e: **estudos** (núcleo do sujeito no plural), **apontam** (verbo no plural); **deve haver alterações** – haver no sentido de existir é oração sem sujeito e exige singular. Erradas as letras **a** e **d** – núcleos do sujeito no plural: **alterações, manifestos** – concordância do verbo no plural: deveria ser, respectivamente, existem e vêm ganhando; letra **b**: **fazer** no sentido de tempo é oração sem sujeito e exige verbo no singular: faz duas semanas; letra **c** – erro de concordância nominal: **bastante** é adjetivo com ideia de quantidade e assim deve concordar com **problemas**: bastantes problemas.

QUESTÃO 2

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Item de concordância verbal. Verbo **haver** no sentido de existir, portanto, oração sem sujeito, com verbo haver obrigatoriamente no singular; assim, pela mesma regra de concordância, estão incorretas as letras **c** e **e**; letra **b** – na presença do pronome relativo **que** o verbo deve concordar com o antecedente: regras que disciplinassem; letra **d** – o verbo **existir** deve concordar no plural com o núcleo do sujeito **regras**.

QUESTÃO 3

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Questão de paráfrase – reescritura textual sem alteração semântica e sem erro gramatical – na qual é exigido conhecimento de concordância verbal e concordância nominal. No texto original está o verbo impessoal (oração sem sujeito): **haver**, que ao possuir sentido de existir, pode ser trocado por este, como acontece nos itens. No entanto, ao trocar o texto original pelo verbo existir, a estrutura gramatical muda, percebendo-se a presença do sujeito **registros**. Dessa maneira, está correta a alternativa **c**, pois **devem existir** concorda no plural com o sujeito no plural **registros**; **bastantes** (adjetivo) concorda com o substantivo **parceiros**.

QUESTÃO 4

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Trata-se de um item de uso adequado das conjunções – elementos coesivos – ligando períodos do texto. É imperativo dedicar tempo ao estudo das conjunções. Esse tipo de questão é muito comum em todas as provas. Os itens **a** e **d** trazem as conjunções **não obstante** e **conquanto**, ambas com sentido de oposição, contraste. No item **b** há o conectivo de conclusão: **por conseguinte**. O item **e** traz o conectivo de conformidade: **consoante**. E, como resposta correta, há o conectivo de causa: **porquanto**.

QUESTÃO 5

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Questão de coesão gramatical, a partir do uso das conjunções. Já que, para preencher adequadamente a primeira lacuna, existem 4 (quatro) conectivos de concessão (oposição, contraste) – **embora, se bem que, ainda que, mesmo que** –, resolver por eliminação torna-se uma das maneiras mais efetivas de achar rápido a resposta. Assim, a letra **d** está eliminada, pois sugere o uso da conjunção causal ou explicativa **porque** na primeira lacuna. Na letra **a** está inadequado o uso da conjunção **porquanto** – que pode traduzir a ideia de causa ou explicação e não de finalidade como deveria ser ali. E as letras **b** e **e** estão incorretas por sugerirem o uso da conjunção conclusiva **portanto** na última lacuna que exige, porém, a ideia de explicação.

QUESTÃO 6

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Mais um item de uso das conjunções. Decore as conjunções e locuções conjuntivas!– “Gostar é tão fácil que ninguém aceita aprender.”, em períodos que trazem o advérbio de intensidade **tão** mais a conjunção **que**, relacionam as ideias de **causa** e **consequência**. **Causa**: “Gostar é tão fácil”. **Consequência**: “...que ninguém aceita aprender”. Assim, a alternativa que expressa o sentido da oração destacada é **a**.

QUESTÃO 7

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Questão de classificação das orações do Período Composto por Subordinação. As orações podem ser subordinadas substantivas, iniciadas por conjunção integrante – como nas alternativas **a, b**; orações subordinadas adverbiais, iniciadas por conjunções adverbiais – como nas alternativas **c e d**, ou, ainda, as orações podem ser subordinadas adjetivas, iniciadas por pronome relativo – alternativa **e**. Assim, tem-se como resposta a letra **e**.

QUESTÃO 8

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Questão de colocação pronominal e de transposição de vozes. Transformação da **voz passiva analítica**: “esta tendinite teria sido causada”, para a **voz passiva sintética** (com a presença de partícula apassivadora **se**). Nesse tipo de transformação, vale saber – diminui-se sempre um verbo na voz passiva sintética. Assim, como o texto original traz três verbos, a resposta precisa conter dois verbos. Descarta-se o item **c** por conter apenas um verbo. Resta tão-somente o item **e**, que vem com o pronome **se**, mantendo os dois verbos. – “Ter-se-ia causado esta tendinite”: nesse item (**e**) especialmente, o **se** vem no meio do verbo, caracterizando a utilização da mesóclise, devido ao Futuro do Pretérito.

COMENTÁRIOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO ELABORADOS PELO PROFESSOR JOSIMAR PADILHA DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

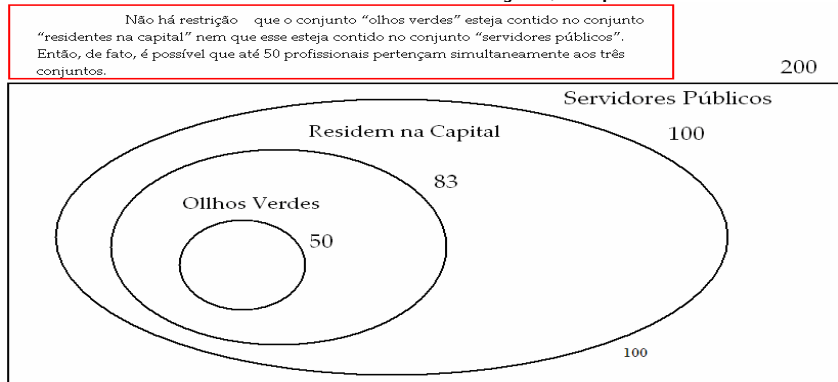
Josimar Padilha

Professor de Matemática e Raciocínio Lógico para concursos, coordenador e professor de Matemática do Colégio Militar Dom Pedro II. Ministra palestras de Raciocínio Lógico para as áreas Empresarial, Motivacional e Comercial.

QUESTÃO 9

COMENTÁRIO:

A resolução é trivial, uma vez que a banca não exige a possibilidade de inclusão entre os conjuntos. Se a banca tivesse realizado tal restrição, a questão se tornaria mais interessante.



Sendo assim, a quantidade máxima de desses profissionais é 50.

QUESTÃO 10

COMENTÁRIO:

Em questões com declarações entre pessoas que mentem e falam a verdade, é importante ressaltar a ideia da contradição, uma vez que não há como duas pessoas estarem falando a verdade ou mentindo quando elas se contradizem. Logo, a questão resume-se em encontrar tais suspeitos:

Jorge: – Não fui eu..

Marcelo: – Quem pichou o muro foi Marcos.

Pedro: – Marcelo está mentindo.

Marcos: – Foi Pedro.

Segundo as declarações, Pedro afirma que Marcelo está mentindo, ou seja, vai contra a frase de Marcelo; logo, se o policial percebe que apenas um deles mentiu é correto concluir que a mentira está entre Marcelo ou Pedro. Por exclusão, é notável que Jorge e Marcos falaram a verdade; então, segundo Marcos, foi Pedro quem pichou o muro.

Se Pedro pichou o muro, a declaração de Marcelo é uma mentira.

Conclusão: Pedro pichou o muro e Marcelo mentiu.

QUESTÃO 11

COMENTÁRIO:

Em questões com declarações entre pessoas que mentem e falam a verdade, é importante ressaltar a ideia da contradição, uma vez que não há como duas pessoas estarem falando a verdade ou mentindo quando se contradizem. Logo, a questão resume-se em encontrar tais suspeitos:

Jorge: – Não fui eu..

Marcelo: – Quem pichou o muro foi Marcos.

Pedro: – Marcelo está mentindo.

Marcos: – Foi Pedro.

Segundo as declarações, Pedro afirma que Marcelo está mentindo, ou seja, vai contra a frase de Marcelo; logo, se o policial percebe que apenas um deles mentiu, é correto concluir que a mentira está entre Marcelo ou Pedro. Por exclusão, é notável que Jorge e Marcos falaram a verdade; então, segundo Marcos, foi Pedro quem pichou o muro.

Se Pedro pichou o muro, a declaração de Marcelo é uma mentira.

Conclusão: Pedro pichou o muro e Marcelo mentiu.

QUESTÃO 12

COMENTÁRIO:

A faixa de probabilidade em que se encontra a chance de que as duas perícias sejam distribuídas a peritos pertencentes à mesma equipe é calculada da seguinte forma:

Da Primeira equipe (20): $\frac{20}{40} \times \frac{19}{39} = \frac{380}{1560}$

Ou(+)

Da Segunda equipe (12): $\frac{12}{40} \times \frac{11}{39} = \frac{132}{1560}$

Ou(+)

Da Terceira equipe (8): $\frac{8}{40} \times \frac{7}{39} = \frac{56}{1560}$

Quando temos uma ideia de união entre grupos que não possuem algo comum o “ou” funciona como soma. Logo,

$$\frac{380}{1560} + \frac{132}{1560} + \frac{56}{1560} = \frac{568}{1560} = 0,3641\dots$$

QUESTÃO 13

COMENTÁRIO:

Uma questão de Associação:

	MENIN O	ADOLE SCENT	ADULT O	REVOL VER	FACA	PISTOL A
Paulista	F	F	V	F	F	V
Carioca	V	F	F	V	F	F
Mineiro	F	V	F	F	V	F
Revólver			F			
Faca			F			
Pistola	F	F	V			

Ao preencher tais células, já é suficiente concluir a relação existente.

QUESTÃO 14

COMENTÁRIO:

P C Mi M M M M M M M M M M M M

Supondo que P, C e Mi sejam Pedro, Carlos e Miguel, respectivamente, e que os três devam sentar-se juntos, considere que sejam uma única pessoa, logo teremos:

Permutação de P13= 13!

Devemos considerar também que eles podem permutar entre si.

Permutação de P3= 3!

Concluimos, então, que as maneiras distintas que esses 15 médicos têm para ocupar essa fileira de cadeiras de modo que Pedro, Carlos e Miguel sempre ocupem cadeiras adjacentes é igual a 13! x 3!.

QUESTÃO 15

COMENTÁRIO:

Reescrevendo as proposições abaixo na linguagem da lógica formal e considerando que todas são verdadeiras:

Maria não ir ao teatro → João ir ao clube. (V)

Maria ir ao teatro → Miguel ir ao cinema. (V)

Miguel ir ao cinema → João não ir ao clube. (V)

João não ir ao clube \rightarrow Miguel não ir ao cinema. (V)

Considerando as estruturas acima e aplicando os axiomas das tabelas-verdade, teremos:

Maria não ir ao teatro(V) \rightarrow João ir ao clube(V). =(V)

Maria ir ao teatro(F) \rightarrow Miguel ir ao cinema(F). =(V)

Miguel ir ao cinema(F) \rightarrow João não ir ao clube(F).=(V)

João não ir ao clube(F) \rightarrow Miguel não ir ao cinema(V).=(V)

Após valorar as proposições simples, conclui-se que João vai ao clube, Maria não vai ao teatro, e Miguel não vai ao cinema.

QUESTÃO 16

COMENTÁRIO:

Reescrevendo as proposições na linguagem da lógica formal e considerando que todas são verdadeiras:

$(Q = 8x - 6y) \rightarrow (Q = 5r + 5t) = (V)$

$(Q = 5r + 5t) \rightarrow (Q = 4z - p) = (V)$

$(Q = 8x - 6y) \vee (Q = 99) = (V)$

$(Q = 99) \rightarrow (Q - R = 100) = (V)$

$Q \neq 100 + R. (V)$

Considerando as estruturas acima e aplicando os axiomas das tabelas-verdade, teremos:

$(Q = 8x - 6y)(V) \rightarrow (Q = 5r + 5t) (V) = (V)$

$(Q = 5r + 5t)(V) \rightarrow (Q = 4z - p) (V) = (V)$

$(Q = 8x - 6y)(V) \vee (Q = 99) (F) = (V)$

$(Q = 99)(F) \rightarrow (Q - R = 100)(F) = (V)$

$Q \neq 100 + R. (V)$

Segundo as valorações das proposições simples, podemos concluir que $Q = 5r + 5t$ é verdadeiro.

COMENTÁRIOS DE GEOGRAFIA ELABORADOS PELO PROFESSOR JÚLIO CÉSAR, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Júlio César

Licenciado em História pela Universidade de Brasília (UnB), Júlio César cursa mestrado na Universidade de Campinas (Unicamp). Possui vários cursos de especialização nas áreas de História e Sociologia, além de participar ativamente de Seminários, Congressos, Conferências e Encontros por todo o Brasil. Autor de várias obras direcionadas a concursos públicos, nas disciplinas de História do Brasil, História Geral e Atualidades (Conhecimentos Gerais), Júlio tem grande experiência na preparação de candidatos a concursos públicos. Atualmente, publica, pela Vestcon Editora, materiais sobre Atualidades, para vários concursos. O professor possui também um grupo de debates na internet.

QUESTÃO 17

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Apesar de os itens **a**, **b**, **c** e **d** discorrerem a respeito dos problemas de segurança do Distrito Federal e do entorno, todos apresentam problemas e estão errados.

Letra **a: Errado**. As faculdades e colégios particulares não se concentram no entrono.

Letra **b: Errada**. O Governo Federal não praticou política de incentivo de imigração para o entorno do DF, e as áreas nobres de Brasília não tiveram um aumento dos índices de violência urbana.

Letra **c: Errada**. A Força Nacional de Segurança somente agiu na repressão ao crime, não tendo nenhuma ação socio-educativa com famílias de presos e muito menos com ações recreativas com as crianças.

Letra **d: Errada**. E não foram construídos presídios de segurança máxima em Val Paraíso, pelo Governo Federal.

Letra **e: Correto**. O examinador colocou como verdadeiro apenas um pequeno relato da história da criação da Força Nacional de Segurança, com os seus respectivos objetivos e como ela é composta.

QUESTÃO 18

Resposta: b

COMENTÁRIO:

Letra **a: Errada**. Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, não fazem parte da Ride/DF.

Letra **b: Correto**. É a correta, pois a origem dos financiamentos para as ações dentro da Ride/DF são oriundos de várias fontes, e entre elas Orçamento da União e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Letra **c: Errada**. A criação da Ride/DF não inibiu a criação de novos municípios no entorno do DF, que, por sinal, é provocado pela especulação imobiliária e pouca presença dos órgãos públicos para coibirem tais situações.

Letra **d: Errada**. Existe, sim, uma produção agrícola no DF, só para citar: Dada a reduzida dimensão da área rural do Distrito Federal e a proximidade de terras mais adequadas à exploração agropecuária circundando o quadrilátero que constitui o seu território, esta atividade é incipiente, representando pouco das atividades econômicas na capital (PIB de 2003). Composição do PIB: Agropecuária: 0,4 %; Indústria: 7,1%; Serviços: 92,5% (2004).

Letra **e: Errada**. Não existe o livre trânsito de mercadoria entre os municípios que compõem a Ride/DF.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF), criada pela Lei para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, é constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 19

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Letra **a: Errada**. Basta verificar os dados a seguir e ver que a população do entorno do DF e por volta da metade da do DF.

Distribuição dos municípios da Ride/DF, por regiões e população*

Entorno Sul

GO

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - 159.294

CIDADE OCIDENTAL - 47.499

CRISTALINA - 39.867

LUZIÂNIA - 180.227

NOVO GAMA - 93.081

SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO - 74.867

VALPARAÍSO DE GOIÁS - 119.493

Entorno Norte

GO

AGUA FRIA DE GOIÁS - 4.778
CABECEIRAS - 6.942
FORMOSA - 90.247
PLANALTINA - 94.717
VILA BOA - 3.567

Região dos Pirineus

GO

ABADIANIA - 12.736
ALEXANIA - 22.287
COCALZINHO DE GOIÁS - 17.299
CORUMBÁ DE GOIÁS - 9.915
MIMOSO DE GOIÁS - 2.206
PADRE BERNARDO - 24.655
PIRENÓPOLIS - 21.241

Microregião de Unai

MG

BURITIS - 21.636
CABECEIRA GRANDE - 6.427
UNAÍ - 75.299

Distrito Federal

DF

BRASÍLIA - 2.333.108

**Fonte: Datasus – estimativa 2005*

Letra **b: Errada.** As três cidades não se encontram na região norte de Brasília, e muito menos apresentam crescimento do IDH mais elevado do que outras regiões do DF.

Letra **c: Errada.** Não existe atendimento domiciliar com pequenas cirurgias na Ride/DF.

Letra **d: Errada.** Um dos grandes problemas do entorno é justamente a falta de empregos, principalmente devido ao seu pequeno desenvolvimento econômico.

Letra **e: Correto.** As ocupações irregulares apresentam-se como um dos incentivadores para o crescimento populacional do entorno, de forma desordenada e sem planejamento urbano, o que, por si só, já causa enormes problemas para aquelas regiões. E o Poder Público nada tem feito para conter de forma efetiva tais acontecimentos.

QUESTÃO 20

COMENTÁRIO:

Letra **a: Errada.** A cidade escolhida foi Taguatinga.

Letra **b: Errada** O projeto somente irá abrigar o Executivo.

Letra **c: Correto.** Esta será a primeira experiência em Parceria Público Privada (PPP) do Centro-Oeste. A empresa que vencer a licitação do governo arcará com os custos da obra, orçada em cerca de R\$ 420 milhões, e, em contrapartida, poderá explorar os serviços de manutenção da área e ainda cobrar aluguel pelo uso do complexo durante o prazo de 22 anos.

Letra **d: Errada.** O Palácio do Buriti é um edifício público, sede do governo do Distrito Federal.

Letra **e: Errada.** Não existe nenhuma notícia a esse respeito, a CBF tem sede no Rio de Janeiro.

QUESTÃO 21

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Letra **a: Errada.** A ida da Força Nacional de Segurança foi justamente para dar maior confiança para a população que lá vivia, e não ocorreu esse retorno da população para suas regiões de origem.

Letra **b: Errada.** Em 2007, o comércio no DF sofreu crescimento, e o crédito consignado aos servidores públicos não foi suspenso.

Letra **c: Errada.** A migração de 30% do entorno do DF para as regiões citadas seria transtorno para essas regiões administrativas, e isto não aconteceu.

Letra **d: Errada.** O item é um absurdo, o IBGE não faz formulários adaptados às realidades de cada região.

Letra **e: Correta.** As cidades do entorno, por serem locais em que os moradores só ficam, em grande parte, à noite – no período do dia estão no DF trabalhando – dificultou o trabalho do IBGE.

COMENTÁRIOS DE ATUALIDADES ELABORADOS PELO PROFESSOR JÚLIO CÉSAR, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Júlio César

Licenciado em História pela Universidade de Brasília (UnB), Júlio César está cursando mestrado na Universidade de Campinas (Unicamp). Possui vários cursos de especialização nas áreas de História e Sociologia, além de participar ativamente de Seminários, Congressos, Conferências e Encontros por todo o Brasil. Autor de várias obras direcionadas a concursos públicos, nas disciplinas de História do Brasil, História Geral e Atualidades (Conhecimentos Gerais), Júlio tem grande experiência na preparação de candidatos a concursos públicos. Atualmente, publica, pela Vestcon Editora, materiais sobre Atualidades, para vários concursos. O professor possui também um grupo de debates na internet.

QUESTÃO 22

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Letra a: Incorreta. O enunciado pediu para marcar o item incorreto. Os militares ficaram bem divididos nesta questão da demarcação das terras indígenas, alguns defendendo que essas terras devem ser demarcadas como ilhas, como querem o Governo e os produtores de arroz da região.

As letras **b, c, d e e** estão todas corretas e estão completas nas suas explicações, não necessitando, com isso, de informações complementares.

QUESTÃO 23

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Letra **c: Incorreta.** O enunciado pediu para marcar o item incorreto. Em Israel, a maioria da população não é de origem árabe, mas, sim, judia e segue o judaísmo como religião. Já a população do Irã é de origem persa e são seguidores do islamismo.

Letras **a, b, d e e** estão todas corretas e completas nas suas explicações, não necessitando, com isso, de informações complementares.

QUESTÃO 24

COMENTÁRIO:

Resposta: Anulada

A letra **b** seria inicialmente o gabarito correto, porém, a questão foi anulada por alguns problemas.

Letra **a**: O examinador diz que as montadoras do mundo inteiro têm sido duramente afetadas pela crise global, o termo **duramente** não se aplica ao mundo todo; aqui mesmo no Brasil, a crise afetou o setor, mas não de maneira dura, e está correto afirmar que o setor pediu e continua pedindo ajuda dos seus respectivos governos, e, em alguns casos, sendo atendidas como é o caso brasileiro, com a redução do IPI para alguns modelos de carros no Brasil.

Letra **b**: A China não é um país de economia ultraliberal, com pouca intervenção do Estado na economia. Ao contrário, a China está sob o signo da ditadura socialista tradicional, com controle de quase todas as atividades políticas do país, mesmo com abertura para o capitalismo, o poder estatal é extremamente forte, em todos os setores da vida na China.

Letra **c**: O problema é pequeno, mas existe. Quando o presidente do Banco Mundial afirma que "Me preocupa que o desemprego, principalmente se combinado com uma queda de preços, possa levar a ondas de protecionismo.", ele está vinculando o protecionismo à perda de emprego e não na proteção das indústrias, mesmo que se saiba que uma política protecionista irá favorecer a indústria nacional.

Letra **d**: A afirmação de que se pode inferir que a crise econômica apresentaria impactos mais amplos que uma crise financeira não corresponde com o que afirmado no primeiro parágrafo, pois o que o presidente do Banco Mundial disse foi que a crise financeira já se tornou uma crise econômica, e que, no próximo ano, será uma crise de desemprego, agora daí concluir que a crise econômica terá mais impactos do que a financeira, mesmo que ela tenha, na realidade, mas o parágrafo não permite tal conclusão. Por isso mesmo o item está também incorreto.

Letra **e**: A afirmação de que os bancos centrais têm realizado esforços concentrados para estimular o desenvolvimento econômico e, com isso, reduzir os impactos da crise global, vem mesmo ocorrendo, talvez não com a grandiloquência da afirmação do grande esforço em ações coordenadas.

QUESTÃO 25

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Letra **a**: **Correta**. O mundo atual busca uma fonte de energia que seja renovável e pouco poluente. Várias são as organizações que pressionam os poderes públicos, ao redor do mundo, para que os passem a adotar uma política energética menos poluente e mais sustentável. Energias eólica e solar são excelentes exemplos de fontes renováveis e não poluentes.

Letra **b**: **Errada**. O mundo não possui abundância de combustíveis fósseis, aliás, eles não são renováveis, e a demanda mundial atualmente está sendo abastecida pela oferta do produto. Contudo, a busca de fontes alternativas não está sendo inviabilizada.

Letra **c**: **Errada**. A energia eólica tem sido utilizada pelo governo brasileiro, principalmente na região nordeste do País, ela não causa erosão dos terrenos.

Letra **d**: **Errada**. A energia solar é renovável e limpa, porém exige um elevado custo para sua implementação, por isso mesmo ainda não é economicamente viável para utilização em escala industrial.

Letra **e**: **Errada**. Hoje, o Brasil exporta para todo o mundo o projeto de biocombustíveis baseado principalmente na produção do Etanol da cana-de-açúcar, por ser viável econômica e tecnologicamente.

QUESTÃO 26

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Letra **e**: **Errada**. O examinador pediu novamente que o candidato marcasse a incorreta. Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, mais precisamente nos chamados anos de chumbo, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, a prática da tortura contra os chamados inimigos do Estado

foi amplamente utilizada pelos órgãos de repressão do Estado, e estas práticas não ocorriam à revelia do poder estatal que sempre soube das mesmas.

Letras **a**, **b** e **c** estão corretas e completas nas suas explicações, não necessitando, com isso, de informações complementares. Na letra **d** deve-se ressaltar que esta prova foi feita no ano de 2008, e quem estava na presidência da república dos Estados Unidos da América ainda era George Bush.

COMENTÁRIOS DE INFORMÁTICA ELABORADOS PELO PROFESSOR BRUNO GUILHEN, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Bruno Guilhen

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com Mestrado em Redes Sem Fio, Bruno é Doutorando da Universidade de Brasília (UnB), na área de Segurança de Redes Wireless LAN. O professor também é consultor em Redes Wireless LAN de várias empresas em Goiânia, São Paulo e Porto Alegre, além de ter larga experiência **como professor de cursos preparatórios para concursos.**

QUESTÃO 27

COMENTÁRIO:

=SOMA() – Retorna a soma das células e intervalos apresentados nos argumentos.

=MÁXIMO() – Retorna o maior valor numérico que encontrar nas células e intervalos apresentados como argumentos.

= MULT() - Retorna o produto (multiplicação) das células e intervalos apresentados como argumentos.

= MÉDIA() – Retorna a média aritmética das células e intervalos determinados como argumentos.

= MDC() – Retorna o máximo divisor comum entre as células e intervalos apresentados como argumentos.

QUESTÃO 28

Resposta: a

COMENTÁRIO:

A sequência correta está na alternativa **a**.

Na alternativa **b** temos que a opção Salvar Como está no menu Arquivo e tecla de atalho F12.

Na alternativa **c** a tecla de atalho do Repetir é CTRL+R e menu Editar.

Na alternativa **d**, a tecla de atalho do Sair é ALT+F4.

Na alternativa **e**, a tecla de atalho é CTRL+T e menu Editar.

QUESTÃO 29

Resposta: d

COMENTÁRIO:

Resposta: d

I – **Errada**, pois a memória Ram é volátil e perde o seu conteúdo na ausência de energia.

II – **Correta**.

III – **Correta**.

IV – **Correta**.

QUESTÃO 30

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Resposta C: Software livre é aquele que fornece o acesso ao código fonte e não necessita de permissão para distribuir, modificar ou editar o software.

QUESTÃO 31

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Na alternativa **a**, o uso diário não causa fadiga no processador.

Na alternativa **b**, os processadores Core2Duo e Core2Quad são os processadores de maior desempenho que a Intel possui no mercado.

Na alternativa **c**, os processadores mencionados não são os mais baratos do mercado.

Na alternativa **d**, o processador Celeron é de segunda linha da Intel, e o Pentium 4 já foi ultrapassado pelos processadores multinucleares (QuadCore e DuoCore).

A alternativa **e** é correta, pois os programas serão abertos e executados na memória RAM – DDR pelo processador, logo quanto mais programas maior será o espaço requerido na memória e mais capacidade de processamento.

QUESTÃO 32

COMENTÁRIO:

Resposta: a

Firewall é um sistema que filtra e monitora as ações em uma rede, podendo ser implementado utilizando-se um equipamento (hardware) ou um programa (software).

QUESTÃO 33

COMENTÁRIO:

Resposta: e

Cracker é o nome dado ao elemento que pratica quebra de proteções de softwares, fala-se “crackear um programa”, ou seja, usar um programa proprietário sem adquirir as devidas licenças de uso do fabricante.

QUESTÃO 34

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Na alternativa **a**, a opção Salvar Como permite salvar todo o arquivo HTML da página.

Na alternativa **b**, é o painel Histórico que contém os endereços de páginas e sites mais visitados pelo usuário.

Na alternativa **c**, esta correta, visto que, no menu Exibir existe a opção Código Fonte.

Na alternativa **d**, a quantidade de dias do histórico é definida na guia Geral.

Na alternativa **e**, o usuário deve digitar o endereço URL da página e não de “email” como mencionado.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO ELABORADOS PELO PROFESSOR WALDEMAR DIAS JUNIOR, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Waldemar Dias Júnior [currículo](#)

QUESTÃO 35

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Como o chefe não tem confiança própria na execução de determinadas tarefas, ele delega para um subordinado que julgue ser capaz de realizá-la.

QUESTÃO 36

Resposta: e

COMENTÁRIO:

A amplitude de controle é a capacidade que o chefe tem de dirigir (liderar, comunicar, motivar) determinado número de funcionários. Como a amplitude é maior que o número de subordinados, isso gera capacidade ociosa do chefe.

QUESTÃO 37

Resposta: e

COMENTÁRIO:

A análise SWOT é uma ferramenta importantíssima para a formulação de estratégias para a organização. Sua função é cruzar as oportunidades e as ameaças do ambiente externo, com as forças e fraquezas do ambiente interno da organização. Esse cruzamento forma uma matriz com quatro células, e para cada célula haverá uma indicação de que estratégia adotar.

A alternativa **a** trata de fraquezas e não de ameaças.

A alternativa **b** trata de oportunidades e não de forças.

A alternativa **c** trata de ameaças e não de fraquezas.

A alternativa **d** trata de fraquezas e não de ameaças.

A alternativa **e** trata de oportunidades, portanto alternativa correta.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS ELABORADOS PELO PROFESSOR JÚLIO LOCIKS, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Júlio Lociks

Matemático, ex-assessor da Procuradoria Geral do Distrito Federal, atuou como consultor junto à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e da Contadoria – Partidoria do TJDF, Lociks foi também Analista de Finanças e Controle da STN. Há 25 anos leciona em grandes instituições de ensino, nas disciplinas de Matemática, Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico. Lociks tem no currículo cinco publicações, todas sucesso junto aos interessados em se preparar para ingressar no serviço público.

QUESTÃO 38

Resposta: d

COMENTÁRIO:

Esta questão explora algumas das propriedades da média aritmética e da variância. A primeira é uma **medida de posição** e a segunda uma **medida de dispersão**. Ambas estão previstas no programa para as provas da Polícia Civil.

Existem propriedades análogas para todas as medidas de posição (média aritmética, moda, mediana, quartis, decis, percentis) e também para as medidas de dispersão (variância, desvio padrão, coeficiente de variação). Tratam das alterações que um conjunto de valores sofrerá quando seus valores sofrerem uma **transformação linear** qualquer. É assunto quente nas provas de Estatística. Vale a pena recordar.

No nosso caso, a propriedade é a seguinte:

Ao multiplicarmos todos os valores de um conjunto de números por uma mesma constante, C , a média

ficará multiplicada por C e a variância ficará multiplicada por C^2 (C ao quadrado).

Em nosso problema, a taxa de entrega foi multiplicada por 2. Logo, a média ficará multiplicada por 2 e a variância por 4 (que é 2 ao quadrado):

	Antes...	Depois...
Média	34,00	$2 \times 34 = \mathbf{68,00}$
Variância	40,00	$4 \times 40,00 = \mathbf{160}$

Pelos resultados obtidos fica fácil reconhecer a alternativa **d** como a correta.

QUESTÃO 39

Resposta: c

COMENTÁRIO:

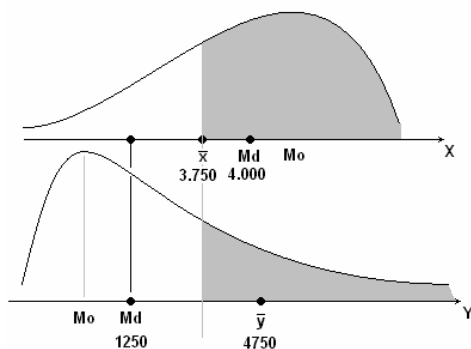
Entre as medidas de posição, existem três que são chamadas **medidas de tendência central**. São a média aritmética, a moda e a mediana. Esta questão explora a interpretação duas dessas medidas.

Como ponto de partida, vamos lembrar que o comando da questão orientou que devemos nos limitar aos parâmetros previstos na questão (de acordo com o enunciado: *considere que todos os outros fatores são iguais*).

Assim sendo, diremos que um grupo tem padrão de vida melhor que outro quando aquele grupo apresentar um volume maior de pessoas com renda superior ao outro, em termos proporcionais.

Na distribuição de renda da localidade X, 50% das pessoas têm renda igual ou maior que 4.000 dado que este é o valor da mediana em Y. Logo, mais que 50% dos habitantes de X têm renda superior à média de X que é de 3.750. Já na localidade Y a mediana é 1.250 e, portanto, 50% dos habitantes de Y ganham 1.250 ou menos que isso e, portanto, bem mais de 50% ganham abaixo de 3.750.

Veja a figura.



Assim, a cidade que tem o melhor padrão de vida é X.

Já a segunda pergunta é mais fácil de responder.

De dois conjuntos com o mesmo número de elementos, a soma de todos os valores será maior naquele que tiver a maior média. Como as populações de X e Y têm o mesmo tamanho e Y tem maior média, a soma das rendas em Y será maior que a de X. Por outro lado a arrecadação de

impostos, nas condições propostas, depende apenas do total arrecadado. Logo, será maior na cidade Y.

QUESTÃO 40

Resposta: b

COMENTÁRIO:

O **nível de significância** é a probabilidade de cometermos um **erro do tipo I**, ou seja, **rejeitarmos a hipótese nula quando ela é verdadeira**. Assim quanto maior o nível de significância, maior a chance de cometermos um erro do tipo I. Assim:

– se **aceitamos** H_0 ao nível de X%, necessariamente aceitaremos a níveis **menores** que X%, mas a recíproca não se pode garantir;

– se **rejeitamos** H_0 ao nível de X%, necessariamente aceitaremos a níveis **maiores** que X%, mas a recíproca não se pode garantir.

Comparando as regras acima com as afirmativas apresentadas, percebe-se que a única correta é a alternativa **b**.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL ELABORADOS PELA PROFESSORA DENISE VARGAS, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Denise Vargas

Especialista em Direito Constitucional. Pós-graduada em Direito Processual. Advogada. Professora de Direito Constitucional do curso Vestconursos, em Brasília.

QUESTÃO 41

Resposta: c

COMENTÁRIO:

A questão trata do **poder constituinte**. O **poder constituinte** está atrelado à idéia de criação e reforma de leis constitucionais. Todo povo tem o direito de decidir sobre quais bases políticas deseja viver. Logo, todo povo tem direito de constituir um Estado, criando, para tanto, uma Constituição.

Esse poder popular sempre existiu, mas a sua teorização é atribuída ao francês Emmanuel Joseph Sièyes, o Abade de Siyès e é denominado de **poder constituinte**. Podemos dizer que o poder constituinte pode ser classificado em **originário ou derivado**.

O poder constituinte originário, primário ou de primeiro grau refere-se ao poder do povo de elaborar a Constituição de um Estado.

De outra banda, o poder constituinte **derivado, secundário ou constituído** é a competência atribuída ao legislador de reformar, mediante emendas, a Constituição, e, nos caso dos

Estados-membros e do DF, a possibilidade desses entes se auto-organizarem por suas leis constitucionais próprias, obedecidos os princípios da Constituição Federal.

Vejamos os comentários aos itens dessa questão.

O item **a** é errado, eis que o poder constituinte derivado caracteriza-se em ser **derivado, limitado, subordinado e condicionado** e a questão indicava ser ele condicionado, secundário e autônomo. Ora, a autonomia é característica do poder constituinte originário e não do derivado. Com efeito, o poder constituinte **originário** é **inicial, ilimitado, incondicionado e autônomo**. Ao passo que o direito constituinte de **segundo grau** é **derivado, limitado, condicionado e subordinado**. Derivado, pois o poder derivado é um poder jurídico que deriva da Constituição. Limitado, pois a reforma da constituição e a competência constituinte dos Estados e do DF deve respeitar as normas e princípios da Constituição Federal. Por fim, subordinado, pois as idéias da Constituição Federal não podem ser subvertidas.

O item **b** é errado. O poder dos Estados-membros e do DF de se auto-organizarem por suas leis constitucionais próprias (poder constituinte derivado decorrente) encontra limites constitucionais de três ordens: limites constitucionais estabelecidos, limites constitucionais sensíveis e limites constitucionais extensíveis. Os limites constitucionais **estabelecidos** se traduzem em normas que a Constituição Federal, expressa ou implicitamente, estabeleceu de forma a limitar a capacidade de auto-organização dos entes federados mediante comandos mandatórios ou vedatórios, bem como por princípios que se traduzem em normas centrais da Constituição e que exigem observância pelos Estados, pelos Municípios e pelo DF, a exemplo das regras sobre a composição da Assembléia Legislativa dos Estados (art. 27, CF), das regras da Administração Pública (art. 37 CF) e das proibições (art. 19 CF).

O item **c** é correto, eis que o poder constituinte derivado pode ser subdividido em derivado-decorrente e derivado reformador. O primeiro se refere à competência dos entes federados de se auto-organizarem por suas leis constitucionais próprias. O segundo é atinente à competência atribuída ao legislador para reformar a Constituição mediante emendas constitucionais e emendas constitucionais de revisão. O poder constituinte derivado reformador encontra limites teóricos de

quatro ordens: limites formais ou processuais, limites materiais, limites temporais e limites circunstanciais. Dentre os circunstanciais encontram-se as regras que vedam a criação de emendas à Constituição, na vigência das crises constitucionais: estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal. Logo, o item está correto, pois os limites circunstanciais vedam a criação de emenda na vigência de estado de sítio.

O item **d** é errado. Destarte, o poder constituinte pertence ao povo. O seu titular é o povo e o item estabeleceu que ele é titularizado pela Assembléia Constituinte. Aqui, é curial termos atenção, eis que o titular do poder é o povo, mas quem o **exerce** são os **representantes do povo**, em Assembléia Constituinte. Por conseguinte, não confundamos titular (povo), exercentes diretos (representantes do povo) e forma de expressão (Assembléia Constituinte).

O item **e** é errado. Poder constituinte decorrente é um poder constituído pelo poder constituinte originário para o fim de autorizar os Estados-membros e o DF a criarem, respectivamente, suas Constituição estadual e Lei Orgânica do DF.

QUESTÃO 42

Resposta: e

COMENTÁRIO:

O item **a** é errado. O Supremo Tribunal Federal não admite normas de hierarquia diferenciada na Constituição Federal. Dessa forma, não podemos falar que a norma insculpida no art. 5º, I, da CF é hierarquicamente inferior que o art. 5º, III, da CF, eis que no Brasil não se adota a teoria do alemão Otto Bachof. Peço vênias para citar os comentários do respeitável professor e autor Leo van Holthe: “Lembremos que o Supremo Tribunal Federal não aceita a tese de que o poder constituinte é limitado pelo Direito Natural [...] No direito alemão, inspirado nos ideais jusnaturalistas, admite-se que uma norma da Constituição originária seja declarada inconstitucional com base em outra norma da Constituição que se coloque mais próxima dos

chamados 'direitos naturais do homem' (teoria da norma constitucional inconstitucional – Otto Bachof). [...] Partindo do pressuposto de que o poder constituinte originário não conhece limites jurídicos, entendemos, no Brasil, que todas as normas originárias da Constituição de 1988 consistem em decisões políticas fundamentais tomadas pelos representantes do povo, não cabendo falar em declaração de inconstitucionalidade. Portanto, não há na Constituição brasileira de 1988 normas constitucionais superiores e inferiores hierarquia dentro da Carta Magna, devendo-se, como visto, interpretar a Constituição como uma unidade de sentido". (HOLTHE, Leo van. *Direito Constitucional*. 4ª ed. Bahia: 2008, p. 119).

O item **b** é errado. As normas constitucionais, **quanto à aplicabilidade** são, na classificação do Professor José Afonso da Silva, normas de eficácia plena, limitada e contida. A questão fala das normas materiais e formais. Estas se referem à classificação **quanto ao conteúdo** e não quanto à aplicabilidade. Logo, o item está errado. Mas aproveitamos o ensejo para explicá-las. **Normas de eficácia plena** são aquelas normas constitucionais bastantes em si para que sejam aplicadas de imediato, independentemente de normas infraconstitucionais que completem o seu conteúdo, a exemplo do art. 1º da CF. **Normas constitucionais de eficácia limitada ou diferida** são aquelas que só adquirem aplicabilidade ou incidência sobre os temas que regula, após a criação de normas que integrem o seu conteúdo, ou seja, não têm aplicabilidade enquanto não criada a lei ou realizadas os programas de ação traçados pela Constituição, a exemplo do art. 37, VII, e do art. 3º, ambos da CF. **Normas constitucionais de eficácia contida** são aquelas de aplicabilidade direta e imediata, mas sujeitas à restrição por legislação futura, a exemplo do art. 5º, incisos XIII e XXIII, da CF. **Normas materiais** são aquelas que tratam de matérias tipicamente constitucionais, isto é, só de assuntos fundamentais, estejam ou não inseridas no corpo da Constituição. **Normas formais** são todas as normas inseridas no corpo de uma Constituição escrita e rígida, independentemente do assunto que tratem.

O item **c** é errado. O Preâmbulo, conforme explicamos em nossa obra Lei Orgânica do Distrito Federal Comentada, é **um resumo, de natureza política**, que antecede o corpo da CF. "A propósito, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 2.076-5/AC entendeu que o Preâmbulo **não tem força normativa e se consubstancia como norma política e não jurídica**,

eis que dele não se cria direitos nem obrigação, funcionando apenas como instrumento de hermenêutica constitucional. (VARGAS, Denise. *Lei Orgânica do DF Comentada para Concursos*. Brasília: 2009, Ed. Vestcon, no prelo e inspirado no livro – de mesma autoria – *Lei Orgânica do DF Comentada*. Brasília: 2008, 4ª ed).

O item **d** é errado. Sobre o assunto, o STF já teve oportunidade de se manifestar, nos seguintes termos:

“EMENTA: Agravo regimental. O que se discute e se a prescrição ocorreu, ou não, anteriormente a reclamação ajuizada vários anos antes da promulgação da atual Constituição. Portanto, o preceito contido na atual Carta Magna sobre a prescrição trabalhista não é aplicável a fato que se teria, ou não, consumado no passado, pois a eficácia imediata da Constituição só alcança os efeitos futuros de fatos passados (retroatividade mínima) e não os fatos consumados no passado (retroatividade máxima). Ademais, a questão da prescrição da pretensão e matéria que se situa no âmbito do direito material, e não na esfera do direito processual. Agravo a que se nega provimento”. (STF, 1ª Turma, AI - AgR 137.195 / DF).

Esse tema se refere à possibilidade de, promulgada uma Constituição, ou uma Emenda Constitucional, as novas regras alcançarem ou não atos futuros e anteriores à sua vigência. Segundo o STF, em regra, as novas regras constitucionais são irretroativas, logo só se aplicam a partir de sua vigência. Entretanto, o mesmo STF entende que as normas constitucionais são dotadas de retroatividade mínima, eis alcançam, de imediato, os efeitos futuros de atos praticados no passado.

O item **e** é certo. Para o STF o ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é parte que contém normas constitucionais de mesmo nível hierárquico àsquelas constantes do corpo da CF. Sobre o tema o STF já se manifestou, nos seguintes termos:

“A estrutura normativa que nele se acha consubstanciada ostenta, em conseqüência, a rigidez peculiar às regras inscritas no texto básico da Lei Fundamental da República. Disso decorre o reconhecimento de que inexitem, entre as normas inscritas no ADCT e os preceitos constantes da Carta Política, quaisquer desníveis ou desigualdades quanto à intensidade de sua eficácia ou à prevalência de sua autoridade. Situam-se, ambos, no mais elevado grau de positividade jurídica, impondo-se, no plano do ordenamento estatal, enquanto categorias normativas subordinantes, à observância compulsória de todos, especialmente dos órgãos que integram o aparelho de Estado” (RE-AgR 215.107/ PR).

QUESTÃO 43

Resposta: a

COMENTÁRIO:

O item **a** é certo. A Constituição brasileira, quanto à estabilidade, é classificada como rígida, eis que o seu procedimento de reforma é mais complexo que o de elaboração e reforma das demais leis. A rigidez de nossa constituição traz consigo dois consectários lógicos: a supremacia formal da Constituição e a existência de um sistema de controle de constitucionalidade das leis, eis que as demais leis e atos normativos primários e secundários a ela devem respeitos, sob pena de terem seus efeitos expungidos do ordenamento jurídico, por exemplo, mediante decisão proferida, quanto às leis e atos normativos primários, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

O item **b** é errado. Ordinariamente a doutrina nos ventila a tese de que as constituições, quanto à estabilidade podem ser: imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas ou semiflexíveis. As Constituições imutáveis são aquelas que não tinham previsão de processo para a sua reforma. As rígidas são aquelas que estabelecem procedimento para a sua reforma bem mais complexo que o das demais leis. Por fim, as semi-rígidas são aquelas de procedimento misto. Logo, não falamos em Constituições pouco rígidas ou muito rígidas, daí o motivo do item está errado, muito embora, para

Alexandre de Moraes, a Constituição brasileira, além de rígida é também super rígida, tendo em conta que possui um núcleo intangível de matérias, a exemplo das cláusulas pétreas.

O item **c** é errado. O princípio da supremacia constitucional tem conexão íntima com o princípio da rigidez da Constituição, da hierarquia e da defesa da Constituição e não com os demais, necessariamente.

O item **d** é errado. O princípio da pertinência é um princípio aplicado, no Direito Administrativo, principalmente quanto às licitações e contratações com o Poder Público e nada tem de afim com o princípio da supremacia constitucional.

Item **e** está errado. O princípio da força normativa da Constituição, de criação do alemão Konrad Hesse, não é princípio expresso, mas implícito. Segundo Hesse, a Constituição, como norma jurídica que é, tem força ativa para mudar a realidade e essa força normativa será maior quanto maior for a proximidade de suas normas com a realidade política, histórica e social.

QUESTÃO 44

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Item **a** errado. O art. 5º, XI, da CF estabelece que *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial*. Logo, para que o policial cumpra na casa do indivíduo uma ordem de prisão deve ser durante o dia em ao a noite.

O item **b** é errado. O art. 5º, XLVII, *a*, da CF veda a aplicação da pena de morte, **salvo no caso de guerra declarada**.

O item **c** está errado. O art. 5º, inciso XLII, determina que: a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

O item **d** está errado. A comunicação da prisão de uma pessoa deve ser imediata e não em 24 horas, conforme preceitua o art. 5º, inciso LXII, da CF, *in verbis*:

“a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

O item **e** está correto, eis que o art. 5º, inciso XXI, da CF determina que: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente”.

QUESTÃO 45

Resposta: d

COMENTÁRIO:

O item **a** está errado. A atividade do Congresso Nacional pode ser realizada pelo plenário do Congresso e suas comissões e mesa diretora, bem como pelas Casas. Ademais, a análise do veto presidencial aos projetos de lei ordinária e complementar dar-se-á em sessão conjunta, nos moldes do art. 64 da CF.

O item **b** está errado. Os parlamentares, em razão da função relevante que exercem para a democracia e do mandato conquistado por deliberação popular devem cumprir, como regra, o mandato, daí receberem garantias e inviolabilidades. Dentre elas falamos na imunidade material, na imunidade formal prisional e na imunidade formal processual. Pela imunidade material, os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Pela imunidade formal prisional os deputados e senadores não se sujeitam à prisão provisória, salvo em flagrante de crime inafiançável e pela imunidade formal processual, os processos penais iniciados contra deputados e senadores podem ser sobrestados, se recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, **por crime ocorrido após a diplomação**, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da

maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação, conforme preceitua o art. 53, § 3º, da CF. Logo, o item está errado, pois no caso apresentado pelo examinador a imunidade é formal prisional e não processual.

O item **c** está errado. O suplente só tem imunidade parlamentar, se substituir ou suceder o parlamentar titular que, respectivamente, estiver licenciado ou perder o mandato.

O item **d** está correto. O foro por prerrogativa de função acompanha a função. De forma que se a autoridade perder o mandato, o processo irá para o juízo de primeiro grau, aproveitando-se os atos eventualmente praticados no foro privilegiado.

O item **e** está errado. Os parlamentares federais, distritais e estaduais têm garantias paralelas, ao passo que os vereadores não, pois pela Constituição Federal não lhes foi atribuída senão a imunidade material.

QUESTÃO 46

Resposta: a

COMENTÁRIO:

O item **a** está correto. Conforme preceitua o art. 22, inciso II, compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.

Item **b** está incorreto. O art. 22, inciso XXIV, da CF determina que compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação. Ademais, a competência comum é competência administrativa e não legislativa.

O item **c** está incorreto. Os recursos minerais, inclusive os do subsolo são bens da União, conforme preceitua o art. 20, inciso IX, da CF.

O item **d** está incorreto. A criação de regiões metropolitanas é assunto da competência expressa dos Estados, conforme se infere da leitura do art. 25, § 3º da CF.

O item **e** está incorreto. As competências residuais ou remanescentes são reservadas aos Estados, conforme leitura do art. 25, § 1º, da CF.

QUESTÃO 47

Resposta: b

COMENTÁRIO:

O CNJ – Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário, segundo leitura expressa do art. 92 da CF. Foi ele instituído pela EC nº 45/2004 para exercer o controle das atividades administrativas e financeiras do Judiciário. Tem sede na capital federal, mas não exerce função jurisdicional. É formado por **15 membros**, nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação do Senado, dentre cidadãos com idade superior a 35 e inferior a 66 anos, da seguinte forma:

a) 9 membros do Judiciário;

b) 2 membros do Ministério Público, sendo 1 do MPU (Ministério Público da União) e outro do MPE (Ministério Público dos Estados);

c) 2 advogados; e

d) 2 cidadãos.

Dos nove indicados pelo judiciário: três são indicados pelo TST, dentre um ministro do TST, um juiz do TRT e juiz do trabalho; três indicados pelo STJ, dentre um ministro do STJ, um do TRF e um juiz federal; Três indicados pelo STF, dentre um ministro do STF, um desembargador de Tribunal de Justiça e um juiz de direito. Temos mais dois do Ministério Público, sendo um do Ministério Público da União indicado pelo Procurador-Geral da República e um do Ministério Público dos Estados indicados pelos respectivos procuradores-gerais de justiça e escolhido pelo PGR;

Temos dois advogados indicados pela OAB e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Conforme determina o § 5º do art. 103-B da CF, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal. O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal (art. 103-B, § 1º, CF).

Dessas explanações infere-se que o item “I” está correto; o “II” está incorreto; O “III” está incorreto, eis que a fiscalização é administrativa e não jurisdicional; O “IV” está incorreto, eis que essas funções são primárias do STF e não quanto a todos os aspectos do art. 37 da CF. Logo, temos um item correto. Gabarito é a letra **b**.

QUESTÃO 48

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Todas as afirmativas da questão 48 estão erradas. Logo, o gabarito é a letra **a**. O sistema constitucional das crises é abrangido por situações de legalidade excepcionada, a saber: estados de defesa e sítio e intervenção federal.

A decretação de estado de defesa (art. 136) visa preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

O pedido de autorização para o decreto de estado de sítio (art. 137), a seu turno, se dá nos casos de:

I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; e

II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

A decretação de intervenção federal visa preservar a coexistência dos entes federados e preservar o pacto federativo, sendo decreta nos termos no art. 34 da CF.

Na decretação dos estados de defesa e sítio, vários direitos e garantias fundamentais dos cidadãos podem restar suspensos ou restritos. Diferentemente, da decretação de intervenção federal.

A decretação desses estados e da intervenção, ordinariamente, não podem ser analisados pelo Judiciário, a não ser em casos excepcionais, vez que se configuram como atos de governo ou de natureza política, não podendo o judiciário interferir em seu mérito, sob pena de violação da separação dos poderes.

O Presidente da República está constitucionalmente autorizado a decretar a intervenção federal e o estado de sítio, ouvidos, conforme o caso, os Conselhos da República e de Defesa Nacional, cujo parecer é meramente opinativo. No entanto, para a decretação de estado de sítio é necessária autorização prévia do Congresso Nacional.

Sobre maiores detalhes, sugerimos a leitura dos artigos 34 ao 36, 136 ao 139, todos da CF.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO ELABORADOS PELO PROFESSOR CARLOS MACHADO, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

CURRÍCULO

QUESTÃO 49

Resposta: d

COMENTÁRIO:

Há existência de **limites constitucionais** ao princípio da publicidade. De acordo com nossa Constituição, ele jamais poderá vir a ser compreendido de modo a que

propicie a violação da **intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas** (art. 5º, X, c/c. art. 37, § 3º, II (32), da CF), **do sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional** (art. 5º, XIV, da CF), ou com **violação de sigilo tido como imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** (art. 5º, XXXIII, c/c. art. 37, § 3º, II, da CF)

QUESTÃO 50

Resposta: d

COMENTÁRIO:

O poder hierárquico tem como escopo a organização da Administração Pública. No aspecto interno, o agente público **deve** cumprir e fazer cumprir as atribuições legais do cargo com eficiência. No aspecto externo, o ato administrativo elaborado pelo agente **deve** ser avaliado. Portanto, ação essencialmente vinculada.

QUESTÃO 51

Resposta: d

COMENTÁRIO:

A polícia administrativa ou poder de polícia restringe o exercício de atividades lícitas, reconhecidas pelo ordenamento como direitos dos particulares, isolados ou em grupo. Diversamente, a polícia judiciária visa a impedir o exercício de atividades ilícitas, vedadas pelo ordenamento; a polícia judiciária auxilia o Estado e o Poder Judiciário na prevenção e repressão de delitos (MEDAUAR).

Observamos que não se pode diferenciar o poder de polícia administrativa do poder de polícia judiciária, somente pelo caráter preventivo da primeira e pelo caráter repressivo da segunda, pois tanto a polícia administrativa como a polícia judiciária, possui características do caráter preventivo e repressivo, mesmo que de forma implícita.

A melhor maneira de diferenciar o poder de polícia administrativa do poder de polícia judiciária seria analisar se houve o ilícito penal (a polícia responsável é a judiciária, PCDF, por exemplo), ou se a ação fere somente questões administrativas que buscam o bem coletivo (a polícia responsável é a administrativa, PMDF, por exemplo).

Confira o CTN, art. 78, e a CF, art. 144.

QUESTÃO 52

Resposta: d

COMENTÁRIO:

Nesse caso, a obrigação de indenizar, que é do agente público, poderá estender-se aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor da herança recebida.

A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor.

As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, entretanto, **a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.**

O não-cumprimento ou o cumprimento irregular das normas estatutárias sujeitam a aplicação de sanções disciplinares aos servidores públicos, ou melhor, conforme muito bem estabeleceu o art. 127 da Lei nº 8.112/1990, sujeitam os servidores à aplicação das penalidades disciplinares.

Confira o art. 12 Lei nº 8.429/1992 e a CF, art 37, § 6º.

QUESTÃO 53

Resposta: c

COMENTÁRIO:

O início do item já revela a inacumulabilidade e a impossibilidade de prestar serviço não remunerado, fora da previsão constitucional.

Porém, o tema é controverso e amplamente debatido. À luz da legislação, é vedado acumular um cargo público com outro de Policial Civil do Distrito Federal, em face do que dispõe o art. 351 do Decreto nº 59.310/1966 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal).

Confira a Lei nº 4.878/1965, Decreto nº 59.310/1966 e Lei nº 5.920/1973.

QUESTÃO 54

Resposta: a

COMENTÁRIO:

A auto-executoriedade se divide em **exigibilidade** (possibilidade de tomar decisões executórias, usando meios indiretos de coação, sem a prévia chancela judicial, **aplicação** de multas, por exemplo) e **executoriedade** (faculdade de a Administração realizar diretamente a execução forçada, como a apreensão de mercadorias, interdição de estabelecimentos e destruição de bens).

"O poder de polícia, em todas suas ações, conta com o atributo da auto-executoriedade?" Não, a cobrança de multa precisa de execução judicial. Esse pensamento amplia-se ainda quando o tema é cobrança de impostos.

QUESTÃO 55

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Esse antigo dispositivo do art. 78, § 1º, foi revogado pela Lei nº 9.527/1997.

QUESTÃO 56

Resposta: a

COMENTÁRIO:

O item refere-se a ato administrativo quanto à composição interna. Cabe-nos aqui um comentário:

Atos simples: São aqueles que decorrem da manifestação de vontade de um único órgão (singular, impessoal ou colegiado). Ex: Demissão de um funcionário.

Atos compostos: São aqueles que decorrem da manifestação de vontade de um único órgão (**hierarquizado**) em situação seqüencial de atos acessórios sem poder de mando e de decisão. Ex: Nomeação do Procurador-Geral de Justiça.

Atos complexos: São aqueles que decorrem da conjugação de vontades de mais de um órgão (**não hierarquizados**) no interior de uma mesma pessoa jurídica. Ex.: ato de investidura; nomeação do Presidente do Bacen.

COMENTÁRIOS DE NOÇÕES DE DIREITO PENAL ELABORADOS PELA PROFESSORA ROBERTA CORDEIRO, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Professora de Direito Penal. Juíza Criminal.

QUESTÃO 57

Resposta: a

COMENTÁRIO:

A embriaguez é uma causa capaz de levar à exclusão da capacidade de entendimento e vontade do agente, em virtude de uma intoxicação aguda e transitória provocada pelo álcool ou substância de efeitos análogos. Ela possui algumas espécies: não accidental (voluntária ou culposa), accidental, preordenada e patológica.

A embriaguez não accidental é aquela em que o agente ingere a substância alcoólica ou de efeitos análogos com intenção de se embriagar – voluntária – ou o agente quer ingerir a substância, mas sem a intenção de embriagar-se, contudo, isso vem a ocorrer em virtude da ingestão de doses

excessivas. Pode ser completa ou incompleta. Jamais exclui a imputabilidade do agente, em virtude da aplicação da teoria da *actio libera in causa*.

A embriaguez accidental pode decorrer de caso fortuito ou força maior. Quando completa, exclui a imputabilidade, e o agente fica isento de pena; quando incompleta, não exclui, mas permite a diminuição da pena de 1/3 a 2/3, conforme o grau de perturbação.

Na embriaguez preordenada o agente embriaga-se para delinquir nesse estado. Além de não excluir a imputabilidade, constitui causa agravante genérica (art. 61, II, I, do CP).

A embriaguez patológica é o caso dos dependentes químicos, tratando-se de verdadeira doença mental, recebendo ele tratamento desta.

QUESTÃO 58

Resposta: c

COMENTÁRIO:

A concussão é um crime formal, ou seja, aquele em que a lei prevê o resultado, mas não exige a sua ocorrência para a consumação. É um crime de consumação antecipada, pois ocorre com a conduta, sendo a ocorrência do resultado mero exaurimento. No caso da concussão, a consumação ocorre com a mera exigência da vantagem indevida, independentemente de sua efetiva obtenção. Se esta sobrevém, há mero exaurimento do crime.

QUESTÃO 59

Resposta: e

COMENTÁRIO:

Crime próprio é aquele que só pode ser cometido por determinadas pessoas que possuam uma qualidade de fato ou de direito, como, por exemplo, os crimes de infanticídio e peculato. Admite a autoria mediata, a participação e a co-autoria.

O homem morto não pode ser sujeito passivo de crimes, mas pode apenas ser objeto material de crimes. No caso do crime de calúnia, as vítimas são o cônjuge, o ascendente, o descendente ou o irmão do falecido, pois o que existe é a ofensa a direitos dos parentes do morto e à própria sociedade.

Da mesma forma, os animais não podem ser sujeitos passivos de crimes, apenas objetos materiais desses.

As pessoas jurídicas não podem ser sujeito passivo de todos os crimes contra a honra, apenas de calúnia e difamação, pois esses crimes atingem a honra objetiva, que é a reputação. Não podem, porém, ser sujeitos passivos de crime de injúria, pois não têm honra subjetiva (dignidade e decoro).

Quanto à responsabilidade da pessoa jurídica, conforme letra **e**:

“PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. DELITO DO ART. 60 DA LEI Nº 9.605/1998. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO PREJUDICADO.

1. "Admite-se a **responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais** desde que haja a **imputação simultânea do ente moral e da pessoa física** que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização **do ente moral** dissociada da atuação de uma **pessoa física**, que age com elemento subjetivo próprio." (REsp nº 889.528/SC, Relator o Ministro Felix Fischer, DJU de 18/6/2007)

2. Sendo de 6 meses de detenção a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/1998, com relação à empresa Castilho Prestação de Serviços Ltda, constata-se que já decorreram mais de dois anos desde a data **do fato** incriminado sem que fosse recebida a inicial acusatória, e, quanto a Luis Vanderlei de Castilhos, o transcurso de mais de dois anos desde o recebimento **da** denúncia, operando-se, em ambos os casos, a prescrição **da** pretensão punitiva, nos termos **do** art. 109, inciso VI, **do** Código Penal, uma vez que não ocorreu qualquer causa interruptiva desde então.

3. *Recurso especial parcialmente provido.*” (Resp 847476/SC. Relator Ministro Paulo Gallotti – 6ª Turma, julgamento em 08/04/2008. Publicado em 5/5/2008).

QUESTÃO 60

Resposta: e

COMENTÁRIO:

O erro de tipo é um erro sobre as elementares e circunstâncias de um tipo penal ou de um tipo permissivo, ou um erro sobre os dados secundários da figura típica. Nos dois primeiros casos, temos o erro de tipo essência, que impede o agente de compreender o caráter criminoso do ato ou de conhecer a circunstância. É um erro sobre uma situação de fato. No último caso temos o erro accidental que não impede a compreensão do caráter criminoso do fato.

O erro essencial sempre exclui o dolo. Ele tem como espécies: o erro **escusável** (invencível ou inevitável) e o erro **inescusável** (vencível ou evitável). O primeiro não podia ser evitado nem mesmo com emprego de uma diligência mediana. Exclui a culpa também. O **inescusável** é aquele que poderia ser evitado se o agente empregasse mediana prudência. Nesse caso, subsiste a culpa e a pessoa responde por crime culposo se houver previsão legal.

O erro de proibição é um erro incidente sobre a norma. O agente não sabe que pratica algo ilícito. É um erro sobre a ilicitude do fato, que pode excluir a culpabilidade. Pode ser escusável ou inescusável. No primeiro caso, exclui a culpabilidade e no segundo, apenas diminui a pena de 1/6 a 1/3.

Na alternativa **a**, o agente labora em erro de tipo, mas ainda que seja inescusável, não pode responder por furto culposo, pois não há esta figura típica.

Na alternativa **b**, o agente não pode responder por dolo, pois o erro de tipo essencial exclui o dolo, conforme exposto.

Na alternativa **c**, o agente pratica injúria e não desacato, pois não conhecia a qualidade pessoal da vítima.

Na alternativa **d**, trata-se de erro de tipo e não erro de proibição, pois o erro incide sobre a realidade e não sobre a norma.

QUESTÃO 61

Resposta: c

COMENTÁRIO:

A alternativa **a** cuida de um caso de furto de energia elétrica que se configura com a captação de energia antes da passagem desta pelo aparelho medidor.

A alternativa **b**, de acordo com o entendimento do STJ, caracteriza um caso de roubo e não furto, conforme Resps nºs 835.553/RS, 778.800/RS e 336.634/SP, entre outros.

A alternativa **d**:

“RECURSO ESPECIAL. FALSIFICAÇÃO DE MOEDA. R\$ 50,00. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEQUENO VALOR. INAPLICABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. *É imprescindível que a aplicação da medida descriminalizadora consubstanciada no princípio da **insignificância** se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (I) a mínima ofensividade da conduta do agente; (II) a ausência total de periculosidade social da ação; (III) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (IV) a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.2004).*

2. *No caso de crime de falsificação de **moeda**, a norma não busca resguardar somente o aspecto patrimonial, mas também, e principalmente, a moral administrativa, que se vê flagrantemente abalada com a circulação de **moeda falsa**.* 3. *A menor quantidade de notas ou o pequeno valor de seu somatório*

não é apto a quantificar o prejuízo advindo do ilícito perpetrado, a ponto de caracterizar a mínima ofensividade da conduta para fins de exclusão de sua tipicidade.

4 Recurso a que se nega provimento, em que pese a manifestação ministerial.” (Resp 96.404/DF – Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma. Julg. em 25/10/2207, publ. em 19/11/2007).

Quanto à alternativa **e**: a extorsão é um crime formal, que se consuma quando a vítima, constrangida pelo emprego de violência ou grave ameaça, faça, tolere que se faça ou deixe de fazer alguma coisa, não se exigindo a obtenção da indevida vantagem econômica pelo agente.

QUESTÃO 62

Resposta: c

COMENTÁRIO:

Item I – **Errado**. Apenas a coação física exclui a conduta do acusado; a coação moral irresistível exclui a culpabilidade, na medida em que exclui um dos elementos da culpabilidade, que é a exigibilidade de conduta diversa.

Item II – **Errado**. No caso, há tentativa e não desistência voluntária. Na primeira, o agente inicia a execução do crime, mas não chega até a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade. Na desistência voluntária, o agente inicia a consumação de um crime, mas não chega até a consumação por vontade própria.

Item III – **Correto**. No arrependimento eficaz, o agente realiza todos os atos executórios, mas não chega até a consumação por vontade própria. Na tentativa perfeita, o agente também realiza todos os atos executórios, não chegando até a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade. Assim, o arrependimento eficaz está para a tentativa perfeita, uma vez que nos dois foram realizados todos os atos de execução.

Item IV – **Correto**. Na tentativa branca ou incruenta, a vítima não é atingida. Assim, a diminuição da pena deve ser máxima, ou seja 2/3, pois ficou muito longe da consumação do delito.

QUESTÃO 63

Resposta: e

COMENTÁRIO:

No caso, ocorre uma exceção à teoria unitária ou monista, adotada como regra no Direito Penal, em caso de concurso de agentes. Adotada essa teoria, todo aquele que concorre para o crime incide nas penas a este cominadas na medida de sua culpabilidade.

Ocorre que existem exceções a essa teoria. Os arts. 124 e 126 do Código Penal são exceções, pois a gestante que realiza o auto-aborto ou que consente na sua realização responde pelo art. 124, e quem realiza o aborto com o consentimento da gestante, responde pelo art.126.

No caso de edição de uma lei que revogue um dos artigos referidos, o outro permanecerá intacto e se Pedro responde pelo art. 126 e há revogação do art. 124, não haverá qualquer efeito sobre a pena de Pedro, pois a referida lei não revoga o tipo penal por cuja prática ele foi condenado.

QUESTÃO 64

Resposta: b

COMENTÁRIO:

O crime possui os seguintes elementos: fato típico, ilicitude (ou antijuridicidade) e culpabilidade.

Ilicitude é a relação de contrariedade da conduta realizada pelo agente com o ordenamento jurídico. Todo fato típico em princípio é ilícito, salvo se ocorrerem causas excludentes da ilicitude, que são aquelas previstas no art. 23 do Código Penal: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito. Essas são as causas legais de exclusão da ilicitude. Existe uma causa supralegal de exclusão da ilicitude admitida pela jurisprudência e doutrina, que é o consentimento do ofendido.

Mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS. Professor de Processo Penal. Defensor Público. Coordenador do JurisProdigium Carreiras Jurídicas da Vestconcurtos.

QUESTÃO 65

Resposta: e

COMENTÁRIO:

As assertivas **a**, **b**, **c** e **d** repetem as disposições do art. 6º do Código de Processo Penal, que determina que, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (*Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994*) (*Vide Lei nº 5.970, de 1973*);

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (*Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28/3/1994*);

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV – ouvir o ofendido;

V – ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII – determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII – ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Admite-se no inquérito policial, quanto ao indiciado, o procedimento de identificação datiloscópica. É o que determina o art. 6º, inciso VIII, do CPP.

A já superada Súmula nº 568/STF previa que:

“A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL, AINDA QUE O INDICIADO JÁ TENHA SIDO IDENTIFICADO CIVILMENTE”.

Não mais subsiste em face da Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 5º, inciso LVIII, estabelece que: "o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei".

Havia discussão corrente sobre a possibilidade de o indiciado no Inquérito Policial ser identificado criminalmente, mesmo estando identificado civilmente, portando seu documento de identificação.

O art. 1º da Lei nº 10.054/2000 pôs fim às divergências determinando que o preso em flagrante delito, o indiciado em inquérito policial, aquele que pratica infração penal de menor gravidade, assim como aqueles contra os quais tenha sido expedido mandado de prisão judicial, desde que não identificados civilmente, serão submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico.

Ressalta, também, que a prova de identificação civil far-se-á mediante apresentação de documento de identidade reconhecido pela legislação (art. 2º da Lei nº 10.054/2000).

Portanto, a assertiva a ser marcada é a **e**.

QUESTÃO 66

Resposta: d

COMENTÁRIO:

A **alternativa a** está incorreta. Com efeito, em sendo crime de ação penal privada, a autoridade policial não pode instaurar de ofício o inquérito, dependendo de requerimento da vítima ou de seus representantes. Isso porque, nos crimes de ação penal pública incondicionada, nada impede que haja requerimento do ofendido. **O requerimento da vítima pode servir para dar início ao inquérito policial tanto nos crimes de ação penal pública incondicionada, quanto nos crimes de ação penal privada.** Dessa forma, pode ou não haver representação para a instauração de inquérito nos crimes de ação penal pública incondicionada.

O mesmo não ocorre no caso de crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada, em que a representação (ou requisição) e requerimento, respectivamente, são imprescindíveis para a instauração do inquérito policial.

A **alternativa b** está incorreta. Ocorrendo crime que enseje ação penal pública condicionada à representação, a retratação do ofendido somente poderá ser recebida até a data do oferecimento da denúncia. Com efeito, nos termos do art. 25 do CPP, “a representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia”.

A **alternativa c** está incorreta. O inquérito policial é peça não imprescindível para o oferecimento da denúncia ou queixa, porque o art. 12 do CPP determina que “o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra”.

Assim, o titular da ação penal pode propor ação diretamente com base em outras informações que não o inquérito policial. O inquérito policial não é peça necessariamente indispensável ao oferecimento de denúncia pelo Ministério Público. Com efeito, **em tema de investigação criminal, o inquérito civil público é bastante a embasar persecução criminal judicial.** Assim, não necessita da formalização do procedimento criminal no próprio Ministério Público para o ajuizamento da denúncia.

A **alternativa e** está incorreta. O prazo decadencial para o oferecimento de queixa é contado a partir da data do conhecimento de quem foi o autor do crime e não necessariamente do do cometimento do fato crime

QUESTÃO 67

Resposta: e

COMENTÁRIO:

A questão **e** está incorreta. A jurisprudência do STJ é no sentido de que, respeitados os demais requisitos legais, a comunicação tardia do flagrante é mera irregularidade (STJ, HC nº 76.779/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 4/4/2008).

QUESTÃO 68

Resposta: d

COMENTÁRIO:

A **alternativa a** está incorreta. A peça inicial acusatória deve trazer consigo um substrato fático-probatório mínimo e suficiente para o recebimento da ação penal, a afastar a alegação de ausência de justa causa para a ação penal. A denúncia deve apresentar um conjunto de fatos conhecidos e minimamente provados com base nos elementos colhidos durante o inquérito.

O juízo de admissibilidade da denúncia ou queixa não exige apenas a viabilidade do direito de ação e a viabilidade da relação processual. **O oferecimento de denúncia ou queixa pressupõe a existência de elementos probatórios mínimos que justifiquem a abertura de ação penal.**

Assim, embora o promotor tenha o dever de ajuizar a ação penal contra todos os autores, pressupõe-se a existência de pressupostos fáticos para tanto. Assim, o fato de o Ministério Público deixar de oferecer denúncia contra quem não reconheceu a existência de indícios de autoria na prática do crime não ofende o princípio da indivisibilidade da ação penal.

A **alternativa b** está incorreta. A Constituição Federal prevê, expressamente, a ação penal privada subsidiária da pública. Com efeito, o art. 5º, LIX, da CF/1988 determina que “*será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal*”. Diante da inércia do Ministério Público a ação penal privada subsidiária da pública pode ser ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo, desde que a ação penal pública não tenha sido intentada no prazo legal.

Não se admite a ação penal privada subsidiária nos crimes de ação pública após ser decretado o arquivamento do inquérito policial pelo juiz, acolhendo a pedido do órgão do MP. Isto porque, ao pedir o arquivamento, o promotor não está inerte.

A **alternativa c** está incorreta. Em determinados tipos de crimes, o Estado, mesmo mantendo a titularidade da persecução do crime, deixa a critério da vítima a possibilidade ou não de permitir o início da ação penal, eis que questões de foro individual podem fazê-la preferir deixar os fatos no anonimato ou sem apuração, buscando evitar o “escândalo do processo (*strepitus iudicii* ou *strepitus processus*)”.

Mesmo em havendo representação, o representante do Ministério Público tem sempre três opções: 1) denunciar; 2) requerer novas diligências ao órgão policial; 3) pedir ao juiz o arquivamento do inquérito. Por isso, afirma-se que a representação não obriga o promotor.

Por isso, diz-se que a representação não vincula o Promotor. Por isso, afirma-se que o representante do Ministério Público não está vinculado à definição jurídica do fato constante da representação.

A **alternativa e** está incorreta. O prazo para o exercício do direito de queixa é decadencial, não se interrompendo. E mais, se for ajuizada a queixa no prazo de seis meses, o direito já foi exercido, não havendo se falar em interrupção.

QUESTÃO 69

Resposta: c

COMENTÁRIO:

A **alternativa a** está incorreta. A jurisdição é o poder do Estado de aplicar o direito material a um caso concreto. Entretanto, não pode o juiz aplicar o direito para todos os fatos delitivos. A função jurisdicional é delimitada entre os diversos órgãos judiciais. A delimitação da jurisdição é feita previamente pelas Constituições Federal e Estaduais. Referida delimitação denota dos princípios do juiz natural (art. 5º, LIII, da CF/1988) e da proibição do tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII, da CF/1988). A garantia do juiz natural é indispensável para a concretização do princípio da igualdade no plano jurisdicional, tal como prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo conteúdo proclama que todo homem, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

A carta precatória tem a finalidade justamente de garantir a distribuição da competência.

Vejamos jurisprudência do STJ sobre o tema:

“PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA POR JUÍZO DE DIREITO. DECLINADO O CUMPRIMENTO DA PRECATÓRIA PELO JUÍZO ESTADUAL EM FAVOR DE JUÍZO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL DEPRECADO. 1. O Juízo deprecado não é o condutor do processo principal, mas o executor dos atos deprecados, incumbindo-lhe, se for o caso, apenas a recusa da precatória, se configurada alguma das hipóteses previstas no art. 209 do CPC. 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara de Precatórios do Distrito Federal, suscitado.” (STJ; CC nº 81.892/DF; Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA; TERCEIRA SEÇÃO; DJ 1/2/2008)

A **alternativa b** está incorreta. Nos termos da Súmula nº 38 do STJ, “*compete à justiça estadual comum, na vigência da constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da união ou de suas entidades*”. A Justiça Federal não julga contravenção ainda que praticadas contra interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (38, STJ). Assim, compete à Justiça Estadual comum o processo por contravenção penal, ainda que praticada contra interesse da União.

A **alternativa c** está correta. É Competência do Supremo Tribunal Federal julgar, nos crimes comuns (art. 102, I, *b* e *c*, da CF/1988) os membros do Congresso Nacional, ainda que estes pratiquem crimes dolosos contra a vida.

A **alternativa d** está incorreta. Para o Código de Processo Penal, o juiz competente para o julgamento do crime será o da comarca onde o delito se consumou (local do resultado). Entretanto, em se tratando de homicídio, em face da facilidade para se buscar as provas, a teoria a ser adotada é a da atividade. A jurisprudência majoritária entende que o foro competente para julgar o crime de homicídio é o local da conduta.

A **alternativa e** está incorreta. Compete à Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço (172, do STJ).

QUESTÃO 70

Resposta: a

COMENTÁRIO:

A **alternativa a** está correta. O Ministério Público não pode ajuizar a ação em se tratando de hipótese de crime de ação penal privada. No Brasil, portanto, não há a possibilidade de *ação penal adesiva*, que ocorre quando o representante do Ministério Público pode propor a ação mesmo em relação aos crimes sujeitos à ação penal privada, como ocorre no direito alemão¹.

Mesmo sendo a ação penal privada, o Ministério Público deve intervir obrigatoriamente em todos os atos do processo como fiscal da lei, sob pena de nulidade relativa, a ser alegada no momento oportuno, devendo-se, ainda, demonstrar-se prejuízo (CPP, art. 564, III, d).

O Ministério Público tem poderes de atuação, podendo acrescentar à queixa dados acessórios: “A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subseqüentes do processo” (art. 45 do CPP). O prazo para o aditamento por parte do Ministério Público é de 3 dias (art. 46, § 2º, do CPP).

A **alternativa b** está incorreta. A queixa pode ser ajuizada por procurador e deve ser ajuizada por intermédio de advogado (art. 44 do CPP), sendo necessária procuração com poderes especiais, com menção do fato criminoso e do nome do querelado, para que se determine, eventualmente, responsabilidade por eventual denúncia caluniosa (art. 339 do CP).

A **alternativa c** está incorreta. Tratando-se de crime de ação penal privada, o ofendido terá de formular a queixa, obrigatoriamente, contra todos os autores, co-autores ou partícipes da prática delituosa, em obediência ao princípio da indivisibilidade da ação (art. 49 do CPP).

A **alternativa d e e** estão incorretas. Por ser a ação penal privada indivisível, a renúncia ao exercício do direito da queixa ou o perdão dado em relação a um dos autores do crime beneficia os outros eventuais co-autores.

QUESTÃO 71

Resposta: b

COMENTÁRIO:

A **alternativa b** está incorreta. Nos termos do art. 158 do CPP, “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”. Assim, não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

QUESTÃO 72

Resposta: b

COMENTÁRIO:

A **alternativa a, c e e** estão incorretas. A instauração do inquérito policial, nos crimes de ação penal pública incondicional, é feita, de ofício, pela autoridade policial, que não depende de provocação do ofendido ou de quem quer que seja, nos termos do art. 5º, I, do CPP. Referida característica deriva do princípio da legalidade que impõe à autoridade policial o dever, e não a faculdade, de determinar a instauração de inquérito policial sempre que tomar conhecimento da ocorrência de infração penal

¹ PACHECO, Denilson Feitoza. **Direito processual penal: teoria, crítica e práxis**. 4 ed., rev., ampl. e atual. com Emenda Constitucional da “Reforma do Judiciário”. Niterói, RJ: Impetus, 2006, p. 207.

de ação penal pública incondicionada. Desta forma, em se tratando de crime de ação penal pública incondicionada, deve a autoridade policial instaurar o inquérito policial de ofício.

O mesmo não ocorre no caso de crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada, em que a representação (ou requisição) e requerimento, respectivamente, são imprescindíveis para a instauração do inquérito policial.

Desta forma, para que o Delegado instaure o inquérito em crimes como a ameaça (art. 147 do CP) ou lesões corporais leves (art. 129, *caput*, do CP) deve o ofendido ou seu representante legal oferecer representação na delegacia. Desta forma, o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

A **alternativa b** está correta. O inquérito policial é peça não imprescindível para o oferecimento da denúncia ou queixa. Isto porque o art. 12 do CPP determina que “o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra”.

Assim, o titular da ação penal pode propor ação diretamente com base em outras informações que não o inquérito policial. O inquérito policial não é peça necessariamente indispensável ao oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.

A **alternativa d** está incorreta. O art. 15 do Código de Processo Penal estabelece que “se o indiciado for menor, ser-lhe-á nomeado curador pela autoridade policial”.

No entanto, o menor a que se refere tal artigo não é o menor de 18 anos, uma vez que este é sequer investigado por meio de inquérito policial, afinal, este indivíduo não pratica crime, mas sim ato infracional, assegurando-lhe o Estatuto da Criança e do Adolescente modalidade diversa de investigação.

O menor em análise no art. 15 do CPP era o indivíduo que tinha entre 18 anos completos e 21 anos incompletos. No entanto, atualmente, a determinação do art. 15 do Código de Processo Penal perdeu o sentido, uma vez que o novo Código Civil diz possuir maioria absoluta quem completa 18 anos de idade.

COMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE ELABORADOS PELO PROFESSOR SÉRGIO BAUTZER, DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

Sérgio Bautzer

Professor de Legislação Especial. Bacharel em Direito, Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal. Professor de Direito Processual Penal. Foi advogado criminalista tendo atuado no Estado de São Paulo.

QUESTÃO 73

Resposta: b

COMENTÁRIO:

Em 2006, o STF declarou inconstitucional a proibição de progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados. Atualmente, com a edição da Lei nº 11.464, de 2007, a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados é possível. Se o condenado for primário cumprirá 2/5 (dois quintos) da pena; se reincidente, cumprirá 3/5 (três quintos), para obter a progressão.

QUESTÃO 74

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Nos crimes hediondos e equiparados o prazo da prisão temporária é de 30, sendo prorrogável por igual período em caso de demonstrada e excepcional necessidade. Nos demais crimes, o prazo é de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

QUESTÃO 75

Resposta: d

COMENTÁRIO:

Caso o adolescente infrator descumpra de maneira reiterada medida socioeducativa anteriormente imposta, o prazo da internação não poderá exceder a três meses.

QUESTÃO 76

Resposta: a

COMENTÁRIO:

Segundo o STF, não houve a descriminalização da conduta prevista no art. 28 da Lei de Drogas, mas, sim, a despenalização. Não são impostas penas privativas de liberdade ao usuário de entorpecente.

QUESTÃO 77

Resposta: d

COMENTÁRIO:

O Conselho Tutelar pode aplicar medidas específicas de proteção, sendo que as que exijam procedimento judicial (colocação em família substituta) e as sócio-educativas são de competência exclusiva do juiz.

QUESTÃO 78

Resposta: d

COMENTÁRIO:

O RDD pode ser aplicado por trezentos e sessenta dias; na hipótese nova falta grave pode haver repetição de tal sanção até o limite de um sexto da pena aplicada. *Ex.:* indivíduo condenado a 60 anos de prisão, apenas ficará no RDD por 10 anos.

COMENTÁRIOS DE LEI ORGÂNICA DO DF ELABORADOS PELA PROFESSORA GORETTE DA EQUIPE DA VESTCONCURSOS

GORETTE

É Mestra em Direito Público, formada pela Universidade Ceub e professora de Direito Constitucional com obras publicadas na área de concursos públicos.

QUESTÃO 79

Resposta: c

COMENTÁRIO:

A resposta da questão é a letra **c**, em virtude do que dispõe o artigo 69 da LODF.

QUESTÃO 80

Resposta: b

COMENTÁRIO:

A resposta da questão é a letra **b**, pois o examinador explorou a proposta de Lei Orgânica, que está baseada no art. 70 do referido diploma legal.